



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

A habitação faz parte importante da vida da população e é um assunto que tem vindo a despertar a atenção da sociedade. O Governo da RAEM divulgou há dias o documento de consulta sobre a revisão da “Lei da Habitação Económica”, com o intuito de recolher as opiniões dos cidadãos, para melhorar as políticas nesta matéria e garantir-lhes uma habitação, de forma mais científica e eficaz. A Administração divulgou também que vão ser construídas 28 000 fracções de habitação pública, na Zona A dos Novos Aterros. As medidas favoráveis à resolução do problema de habitação divulgadas pelo Governo merecem o nosso reconhecimento. Contudo, quanto à resolução do mesmo, as políticas são o elemento *software*, enquanto a disponibilidade de terrenos deve ser o *hardware*. Entendo que, aquando da promoção do planeamento e da construção nos aterros, a Administração deve, ao mesmo tempo, organizar a reconstrução dos bairros antigos, pois só assim pode aumentar a disponibilização de terrenos e contribuir para elevar o nível de qualidade de vida dos residentes.

Decorrido um longo tempo de preparação, o Governo acabou por apresentar em 2011 a proposta de lei intitulada “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos”, muito embora o processo legislativo não tenha ficado concluído, levando à falta do suporte do regime jurídico para a reconstrução destes bairros. A partir daí, não vi o Governo lançar qualquer política sobre o assunto. Tudo isto tem como resultado que não se registou qualquer avanço na reconstrução dos bairros antigos. A qualidade de vida dos habitantes destes bairros vai possivelmente piorar com o evoluir do tempo. De



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

acordo com os dados estatísticos, existem em Macau cerca de 2000 prédios com sete pisos ou menos, e com 30 anos ou mais. Estes prédios estão envelhecidos e alguns, inclinados, por isso aconteceram vários incidentes de desprendimento de betão e desmoronamento parcial. Na rua da Palmeira, há dias, ocorreu repentinamente o abatimento do telhado de um prédio antigo e devoluto com dois pisos, resultante da queda de chuva durante alguns dias, e caíram várias travessas e telhas. Felizmente, não se registou nenhum ferido, muito embora esses incidentes toquem gradualmente o sinal de alerta da segurança dos edifícios, em Macau. Afinal, quando é que se implementa o reordenamento dos bairros antigos? De que forma o Governo apoia os habitantes na reordenação dos bairros antigos e na melhoria das condições de vida?

É sabido que a reconstrução dos bairros antigos é uma orientação relevante. Esta tem de ser apoiada por medidas. Segundo consta, com vista ao impulso da reconstrução dos bairros antigos, a região vizinha construiu umas *interim housing* (habitações provisórias), para aí ficarem a residir os residentes afectados, mas não habilitados ao acesso às habitações públicas. Se o Governo puder ponderar seriamente nas experiências obtidas na região vizinha ao construir as referidas habitações, para que se possa deixar os habitantes dos bairros antigos a residir aí provisoriamente, aquando da realização da reconstrução dos seus bairros, acredito que esta forma de actuação merecerá o maior apoio da sociedade e contribuirá para resolver o problema de habitação.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

IO-2014-07-24-Song Pek Kei (p) mmc

2



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. A Administração manifestou que a proposta de lei intitulada intitulada “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos” ia ser apresentada por módulos, muito embora, até à data, não tenha sido divulgada a calendarização da sua apresentação. Afinal, quando é que se divulgará a respectiva calendarização da legislação? Como é que o Governo vai fazer para lançar mais cedo o planeamento do reordenamento dos bairros antigos e as políticas sobre a matéria? Pode o Governo pensar em isentar e reduzir os impostos a cobrar, em diminuir a percentagem exigida aos proprietários para a homologação da reconstrução e em aumentar o índice de utilização do solo destes bairros, procedendo mais cedo a uma consulta pública?

2. Quanto ao reordenamento dos bairros antigos, para além das questões jurídicas, no futuro, será inevitável, na prática, que surjam problemas ligados à demolição e mudança, bem como ao realojamento. De que planos dispõe o Governo para enfrentá-los? O Governo vai ponderar seriamente na experiência implementada pela região vizinha, quanto à construção das *interim housing*, e reservar antecipadamente os terrenos necessários ao realojamento dos habitantes que vão ser afectados pela concretização do projecto geral do reordenamento dos bairros antigos?

24 de Julho de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Song Pek Kei